

## Keynes e o vício ricardiano

MATIAS VERNENGO\*

The paper tries to demonstrate that the fundamental aim of Keynes' work as an economist was to solve important issues in economic theory and not, as commonly said, to influence public policy. Indeed his vision of economics as a moral science, that employs introspection and judgements of value, prevents him of committing the Ricardian Vice, so that the Schumpeterian charge is groundless. The work concludes that Keynes was aware of the Senior Indetermination.



### 1. INTRODUÇÃO

Uma opinião amplamente aceita, apesar de muito controversa, nos estudos do pensamento econômico keynesiano é a proposição que reconhece o valor da obra de Keynes, fundamentalmente da Teoria Geral do Emprego do Juro e do Dinheiro, como estando relacionado a questões de política econômica, e em menor grau a questões de teoria econômica.

Esse tipo de interpretação encontra sua forma mais acabada na acusação de Schumpeter, para quem Keynes seria “o análogo de Ricardo no mais alto sentido do termo (...) no sentido em que sua obra era um exemplo expressivo do que chamamos anteriormente de vício ricardiano, isto é, o hábito de estabelecer grande cópia [*sic*] de conclusões práticas sobre base [teórica] frágil” (Schumpeter, 1954, p. 494). As críticas parecem ter procedência, em razão da participação incisiva do próprio Keynes em assuntos

de política econômica ao longo de toda a sua vida profissional.

\* Do Instituto de Economia Industrial da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense. O autor agradece o apoio do prof. Antônio Maria da Silveira e os comentários de Nelson Barbosa, Fábio Freitas e Carlos Lopes.

Contudo, apesar de suas freqüentes incursões no campo da política econômica, não pode ser deixada de lado a afirmação do próprio Keynes de que seu principal interesse na Teoria Geral era “lidar com questões teóricas difíceis, e somente em segundo plano com as aplicações práticas dessa teoria” (1936, p.v). Duas questões devem ficar claras, quais sejam: (i) poucas recomendações de política econômica podem ser encontradas ao longo da Teoria Geral (Chick, 1989, p. 34); e (ii) as recomendações de política genericamente tidas como keynesianas se devem mais aos seguidores de Keynes do que ao próprio, pois “gestores de política econômica freqüentemente usaram o adjetivo keynesiano para ganhar respeitabilidade para políticas que o próprio Keynes não endossaria” (Rahn, *apud* Wattel, 1985, p. 6).

Esses dois elementos da relação entre a teoria de Keynes e suas implicações práticas permitem eliminar a suposição de que Keynes seria um economista orientado apenas para problemas de política econômica, não sendo suficientes para refutar a acusação schumpeteriana. Para isso seria necessário mostrar que as poucas recomendações de política econômica que podem ser atribuídas a Keynes — como a famosa proposição do capítulo 24 da Teoria Geral, em que ele advoga uma socialização dos investimentos com o fim de obter o pleno emprego — são formuladas, de forma consciente, em um nível de abstração inferior, sujeitas às especificidades do fenômeno em questão. Nesse sentido, a visão da economia como uma ciência moral “que emprega introspecção e julgamentos de valor (...) [e] lida com motivos, expectativas, [e] incertezas psicológicas” (CWJMK, v. XIV, pp. 297-300) parece ser compatível com a Indeterminação de Senior, e, portanto, permite demonstrar que Keynes não incorreu no vício ricardiano.

A Indeterminação de Senior nos diz, conforme enunciado por Silveira (1991, p. 79), que “[as] proposições da economia abstrata, não importando a generalidade ou verdade que encerrem, não autorizam conclusões normativas, mas não podem ser ignoradas. A economia aplicada positiva pressupõe as teorias abstratas da economia, assim como, em relevância variável, outras ciências sociais. Conclusões normativas — sob a forma do que não pode ser feito — são deriváveis das proposições da economia aplicada, mas são qualificáveis pelas especificidades do caso em questão”. Sendo assim, na próxima seção mostraremos como a visão de ciência implícita na obra de Keynes o “salva” do vício ricardiano.

## 2. ECONOMIA COMO CIÊNCIA MORAL

A noção de economia como ciência moral estava profundamente arraigada no pensamento de Cambridge. Contudo, depois de Marshall, “a Economia nunca pode[ria] ser considerada de novo como um dos assuntos aos quais um Filósofo Moral se dedica[va] em seu caminho, uma Ciência Moral dentre várias, como Mill, Jevons e Sidgwick a interpretaram” (CWJMK, v. X, p. 22201)<sup>1</sup>. Dessa forma, Keynes concor-

<sup>1</sup> É curioso notar que Marshall denominou seu livro *Principles of Economics*. Menos de vinte anos antes Jevons ainda intitulava seu livro de *The Theory of Political Economy*. O nome Economia Política cedeu lugar ao mais seco Ciência Econômica, e “[c]om a transformação da economia política em uma (...) apologetica do capitalismo, chegamos ao verdadeiro paradigma da ‘ciência econômica’ contemporânea (...) uma totalização economicista que é a manifestação suprema da arrogância e do vazio a que chegou nossa ‘pobre ciência’” (Tavares, 1991, p. 69).

dava com seus predecessores a respeito da distinção entre ciências morais e naturais. Não pode ser dito o mesmo sobre a confiança que seus mestres tinham na separação entre economia positiva e normativa, ou no valor concedido a generalizações empíricas<sup>2</sup> (Davis, 1991, p. 89).

Keynes é explícito em sua correspondência com Harrod a respeito da distinção entre ciências morais e naturais<sup>3</sup>, sendo as primeiras obrigadas a lidar com introspecção, juízos de valor, motivos, bem como com expectativas e incerteza absoluta, pois o passado é irrevogável e não há base probabilística para formar expectativas sobre o futuro desconhecido. Além disso, o cientista social tem que “estar constantemente em guarda contra a possibilidade de tratar o material como constante e homogêneo. Seria como se a queda da maçã dependesse dos motivos da maçã sobre se valeria a pena cair, e se o chão gostaria que a maçã caísse e sobre os cálculos malfeitos por parte da maçã sobre a distância que se encontra do centro da Terra” (CWJMK, v. XIV, p. 300).

Podemos perceber que, para Keynes, a economia deve ser vista como uma ciência moral, tanto pelas determinações implícitas no cientista (observador), que lida com juízos de valor e deve confiar em suas intuições para construir suas teorias, como pelas exigências do objeto de análise (o observado), que é complexo, isto é, não é nem homogêneo nem constante ao longo do tempo. De fato, o primeiro aspecto da moralidade nas ciências sociais parece ser compatível com a posição de Myrdal, para quem “nenhuma ciência social ou campo particular da pesquisa social pode pretender ser ‘amoral’ ou ‘apolítico’. Nenhuma ciência social poderá ser ‘neutra’ ou simplesmente ‘factual’, nem verdadeiramente ‘objetiva’ nos significados tradicionais desses termos” (1969, p. 74).

Isso ilumina, entre outras coisas, o porquê da desconfiança de Keynes com a separação entre os campos positivo e normativo do saber. O deslocamento do esforço de compreensão da realidade do conjunto de conhecimento sistemático referente ao que “deveria ser” para o “que é”, que tem suas raízes em Mandeville e Adam Smith (Hirschman, 1987, p. 120), e a passagem da Economia Política para a Economia, com a obra de Marshall, caracterizam a auto-afirmação dos economistas como “cientistas”. Ou seja, ao varrerem os julgamentos de valor para debaixo do tapete os economistas acreditaram na possibilidade de construir uma ciência capaz de apreender os aspectos objetivos da realidade em questão.

Keynes não propunha uma volta à busca de um saber puramente normativo, mas pretendia, isto sim, que se reconhecesse o papel dos juízos de valor. Em última análise, essa postura é equivalente a de Myrdal, para quem, em economia, a “pesquisa está sempre por necessidade lógica baseada em valorizações morais e políticas, e que o pesquisador deveria ser obrigado a explicitá-las” (Myrdal, 1969, p. 74). Fique claro que a postura de Keynes não é a do cientista aplicado desconfiado das “abstrações irrealistas” dos cientistas abstratos. Ele não critica Ricardo por “adotar um mundo

<sup>2</sup> Blaug (1980, p. 119) nota que “Marshall era um exemplar teórico capaz que em todo seu trabalho escrito metodológico enfatizou a coleta e construção de fatos e de forma consistente condenou o papel da teoria abstrata”. Assim, para Blaug, Marshall seria um defensor de generalizações empíricas. Por outro lado, Neville Keynes revelaria ao longo do seu clássico *The Scope and Method of Political Economy* “uma tentativa subliminar de justificar a visão abstrato-dedutiva da economia” (*ibidem*).

<sup>3</sup> Harrod, por sua vez, diz não ter “certeza se concorda totalmente com sua [de Keynes] hostilidade para com a idéia da economia como uma ciência natural” (CWJMK, v. XIV, p. 297).

remoto distante da experiência, como se fosse o mundo da experiência, e, em seguida, viver nele de forma consistente” (1936, p. 192), ao contrário, ele diz explicitamente que isso é “a suprema realização intelectual, inalcançável para os espíritos fracos”. Os seguidores de Ricardo cujo “senso comum acabava interferindo — com prejuízos para a lógica interna” (*ibidem*) eram os que Keynes desdenhava.

Sua crítica ao método ricardiano estava direcionada à necessidade de fazer as abstrações corretas, ou melhor, o que Keynes criticava era a falta de adequação da teoria ricardiana ao objeto de análise; dessa forma, a economia capitalista demandava uma análise das variações do nível de produto (como causa fundamental de sua instabilidade), e não uma análise da distribuição entre os agentes para um dado nível de produto. É nesse sentido que o “ensino [da teoria clássica] é infrutífero e desastroso se tentarmos aplicar seus fatos à prática”. Isso porque as características assumidas pela teoria clássica “não correspondem à sociedade em que nós realmente vivemos” (1936, p. 3).<sup>4</sup>

Disso não é lícito concluir que Keynes acredita que sua teoria deve ser diretamente aplicada à realidade. O contrário é mais provável. Keynes define a economia como “um campo da lógica, um modo de pensar”, e em que, o progresso se dá pela utilização de modelos cada vez mais sofisticados, mas onde, importante ressaltar, “é essência dos modelos [o fato] que não se inserem valores reais nas funções variáveis. No momento em que isto é feito o modelo perde sua generalidade e seu valor como instrumento de pensamento” (CWJMK, v. XIV, p. 296). Como diz Davis, “um modelo econômico possui um importante elemento de indeterminação que demanda uma capacidade de julgamento individual” (1991, p. 91, grifo nosso).

O julgamento individual deve ser considerado fundamental para interpretar os dados empíricos, uma vez que os fatos não falam por si mesmos, mas devem ser interpretados. Daí as dúvidas de Keynes em face das generalizações empíricas, tanto porque “devemos estar atentos a tratar o material como constante e homogêneo”, quanto porque uma ciência moral deve lidar com “introspecção e juízos de valor”. Portanto, sua visão da economia como uma ciência moral o impede de introduzir dados reais em modelos teóricos abstratos, sendo um instrumento de prevenção contra vício.

Contudo, é possível ainda encontrar passagens da obra de Keynes nas quais ele reconhece os perigos do vício ricardiano, e enuncia, implicitamente, a indeterminação. Na Teoria Geral, no capítulo 12, ele nos diz: “nossas conclusões dependem principalmente da observação do estado atual da psicologia dos mercados e dos negócios. Esta é a razão pela qual nossas digressões estão em um nível de abstração diferente do resto deste livro” (p. 149). A maior proximidade da realidade exige, portanto, menores níveis de abstração.

É em seu famoso livro de 1937, *A Teoria Geral do Emprego*, que pode ser encontrada a descrição keynesiana mais acabada da indeterminação. Para Keynes, sua teoria é “uma teoria do emprego por que explica porque, em quaisquer circunstâncias, o nível de emprego é o que é. Naturalmente eu estou interessado não apenas no diagnóstico, mas também na cura; e muitas páginas do meu livro são dedicadas à cura. Mas eu considero que minhas sugestões para a cura, que, abertamente, não foram

<sup>4</sup> Uma teoria econômica deve manter uma relação de compatibilidade com as relações sociais subjacentes à sociedade estudada, isto é, “o processo histórico constitui ‘etapas’ (...) que circunscrevem o âmbito de formulação de leis econômicas” (Possas, 1987, p. 32).

totalmente desenvolvidas, estão num plano diferente do diagnóstico. Elas não pretendem ser definitivas; elas estão sujeitas a todo tipo de pressupostos especiais e são necessariamente relacionadas com as condições particulares do tempo”(CWJMK, v. XIV, p. 122, grifos nossos).

### 3. CONCLUSÃO

O corolário parece bastante claro, isto é, a Teoria Geral, ou pelo menos o corpo teórico principal resumido no capítulo 18, está no âmbito da teoria abstrata e não pressupõe conclusões normativas. O capítulo 24, no qual se concentram as proposições normativas, está no âmbito da economia aplicada, e essas proposições devem ser mediadas pelas especificidades apresentadas pelo fenômeno. Em suma, a acusação schumpeteriana de vício, que evoca charlatanismo (Silveira, 1991, p. 85), parece infundada.

### REFERÊNCIAS

- BLAUG, M. *Metodologia da Economia*. São Paulo, Edusp, 1993.
- CHICK, V. “A Teoria Geral de Keynes 50 anos depois: o que resta?”. Amadeo, E. (org.) *John M. Keynes*. Rio de Janeiro, PNPE-IPEA, 1989.
- DAVIS, J. B. “Keynes’s view of economics as a moral science.” Bateman e Davis (orgs.) *Keynes’s and Philosophy*. Londres, Edward Elgar, (Se só houvesse um indivíduo na economia, a carga tributária líquida (imposto, pagos menos transferências e subsídios recebidos) poderia servir como parâmetro de 1991.
- HIRSCHMAN, A. O. *A Economia como Ciência Moral e Política*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- KEYNES, J. M. *The General Theory of Employment, Interest and Money*. Nova York, Harcourt Brace Jovanovich, 1964, (1936).
- *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, 1973.
- MOGGRIDGE, D. (org) Vols. X. e XIV. Londres, Macmillan (referidos como CWJMK).
- MYRDAL, G. *Objectivity in Social Research*. Nova York, Pantheon Books, 1969.
- POSSAS, M. L. *A Dinâmica da Economia Capitalista*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- SCHUMPETER, J. A. *História da Análise Econômica*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura Econômica, 1964.
- SILVEIRA, A. M. “A Indeterminação de Senior”. *Revista de Economia Política* 11(4), 1991.
- TAVARES, M. C. “Economia e Felicidade”. *Novos Estudos Cebrap* nº 33, 1991.
- WATTEL, H. L. *The Policy Consequences of John Maynard Keynes*. Londres, Macmillan, 1986.